

Economia - Brasil Governo se conforma com crescimento de 2%

ED FERREIRA/AE

Para secretário do Tesouro, previsão oficial é conservadora, mas pode haver 'surpresa positiva'

LU AIKO OTTA

BRASÍLIA – O governo projeta um crescimento do PIB neste ano de 2%. Uma taxa modesta se compara ao crescimento de 1,5% de 2002, quando o País enfrentou turbulências no mercado internacional e no cenário interno, com a eleição presidencial. O secretário do Tesouro, Joaquim Levy, admite que a previsão é conservadora, mas ressalta que, ainda assim, a taxa é superior à de 2002. “O risco de uma surpresa positiva não é desprezível”, diz Levy. “Essa taxa de 2% é só para este ano”, afirmou o secretário de Assuntos Internacionais da Fazenda, Otaviano Canuto. O ministro da Fazenda, Antônio Palocci, disse que o País tem condições de crescer a taxas de 4,5% anuais.

O balde de água fria nas expectativas de crescimento econômico este ano foi

jogado, na semana passada, quando o Comitê de Política Monetária (Copom) manteve os juros básicos em 26,5% ao ano e o Boletim de Acompanhamento Macroeconômico do Ministério da Fazenda reforçou: “não se espera queda abrupta dos

juros”. O documento reforça a projeção de crescimento de 2%.

E praticamente a mesma projeção divulgada em março pelo Banco Central, que calcula uma expansão de 2,2% no PIB. O cálculo que consta do acordo do Brasil com o Fundo Monetário Internacional (FMI), de crescimento de 2,8%, já foi revisto na última versão da Carta de Intenções, que será divulgada em junho.

“A avaliação é que os setores exportador e agrícola puxarão o crescimento, assim como o movimento de reposição de estoques na indústria e a retomada dos investimentos públicos. Esses fatores, no entanto, podem não ser suficientes para propiciar, ainda em 2003, um crescimento mais ro-

busto da atividade econômica, das as restrições para a expansão do crédito e da renda real”, conclui o documento do governo. Na sexta-feira, o ministro-chefe da Casa Civil, José Dirceu, disse, sem saber que suas declarações estavam sendo gravadas, que os juros de 26,5% e o superávit fiscal de 4,25% do PIB estão segurando a atividade econômica.

“O juro alto inibe o crescimento e o consumo”, disse o ex-secretário-adjunto de Política Econômica do Ministério da Fazenda Roberto Iglesias. “É triste, mas faz parte da terapia adotada contra a inflação e pela estabilidade.” Para ele, o Copom agiu corretamente ao não baixar os juros, dadas as dúvidas quanto à inflação. “Esse foi um erro comum nos programas de estabilização da América Latina: quando as coisas começavam a dar sinal de melhora, afrouxava-se o controle e punha-se tudo a perder.” Iglesias acha que esse é “o momento mais difícil” para Palocci. “Estamos vendo os efeitos dos juros elevados na economia real e uma comoção política em torno dessa opção.” No entanto, explicou, à medida em que as reformas avancem no Congresso, haverá espaço para cortar os juros.

O quadro econômico traçado pelo Boletim para o início do ano mostra toda a extensão dos efeitos negativos dos juros altos

num ambiente com inflação. A produção industrial do primeiro trimestre deste ano ficou 2,5% maior do que a de igual período de 2002, mas 1,1% abaixo da do último trimestre do ano passado. Os investimentos na construção civil caíram 6%.

Dados do IBGE mostram que no primeiro bimestre deste ano, em comparação com igual período de 2002, houve aumento de 6,9% no número de pessoas empregadas. No entanto, a renda média real do trabalhador reduziu-se em 5,7%. O poder aquisitivo encolheu por causa da remarcação de preços, que foi forte principalmente nos alimentos e nos combustíveis. “A queda no rendimento contudo acabou por res-



Levy afirma que governo foi conservador ao prever PIB do ano

SINTOMAS DA CRISE

Efeitos do aperto monetário na economia real

-1,1%

Variação da produção industrial no primeiro trimestre de 2003, em comparação com o quarto trimestre de 2002

-2%

Queda das vendas do comércio varejista em fevereiro de 2003, na comparação com fevereiro de 2002

-6%

Queda dos investimentos na construção civil no primeiro trimestre de 2003, em comparação com o quarto trimestre de 2002

-14,43%

Redução do estoque de crédito na economia em março de 2003, na comparação com março de 2002

-5,7%

Perda de rendimento médio do trabalhador no primeiro bimestre de 2003, em comparação com igual período de 2002

-24,3%

Queda das concessões de financiamento para compra de veículos em março de 2003, na comparação com março de 2002

Mais da metade dos **908.000** empregos surgidos entre abril de 2002 e março de 2003 é no mercado informal

Fonte: Secretaria de Política Econômica/Ministério da Fazenda

tringir o consumo, afetando principalmente a população de menor renda”, reconhece o Boletim.

A queda na renda impede, principalmente, a aquisição de bens de consumo duráveis, que são uma espécie de motor do crescimento. Pesquisa do IBGE sobre

intenção de consumo mostra que o brasileiro está otimista com relação ao futuro, mas cauteloso quanto ao momento atual. O mesmo se aplica à indústria, que está operando próximo ao limite da capacidade por falta de novos investimentos há dois anos.